

AMAZÔNIA AZUL

Roberto de Guimarães Carvalho
Alt Esq

O Porquê da Expressão “Amazônia Azul”

Como é do conhecimento de todos, existe uma grande e legítima preocupação nacional sobre a “Amazônia Verde”. Órgãos da mídia, segmentos significativos da nossa sociedade e o próprio Governo preocupam-se com a nossa capacidade de exercer soberania naquela vasta área do nosso território.

Em razão disso, existem vários programas e projetos governamentais que carregam recursos para a “Amazônia Verde”, como, por exemplo, o Calha norte e o SIVAM/SIPAM.

A Marinha não discorda dessa visão, e também acha a Amazônia importante, tanto que elevou o nível do Grupamento de Fuzileiros Navais de Manaus para o de batalhão (Batalhão de Operações Ribeirinhas); transformou o Comando Naval da Amazônia Ocidental, que era exercido por um vice-almirante; e incluiu na sua proposta do Programa de Reaparelhamento a renovação e ampliação dos seus meios na Amazônia.

Entretanto existe uma significativa área marítima sobre a qual o Brasil também tem jurisdição, que é tão grande, tão rica e não menos importante sob o ponto de vista estratégico, do que aquela imensa área verde.

Quando comecei a estudar esse tema, ninguém parecia, e essa percepção de certa forma ainda persiste, estar muito preocupado com o mar, a não ser a Marinha.

Daí a idéia de se tentar criar uma expressão que se correlacionasse com a Amazônia, com a qual todo mundo se preocupa; que despertasse curiosidade; e que tivesse uma espécie de apelo, ainda que poético, visando chamar a atenção da sociedade, do poder político e, também, dos governantes, sobre a importância do imenso mar que nos cerca, e da imperiosa necessidade de termos uma Marinha pronta para defender os interesses do nosso País no mar, para o que são necessários recursos, que tanto nos têm faltado, pelo menos na última década.

Assim nasceu a idéia da “Amazônia Azul”.

Usei essa expressão, pela primeira vez, no texto de um artigo publicado no jornal “Folha de São Paulo”, na edição do dia 25 de fevereiro de 2004, na coluna Tendências/Debates, sob o título “A Outra Amazônia”. Para esse primeiro artigo contei com a inestimável ajuda do Contra-Almirante Wellington, a quem renovo o meu agradecimento. Na verdade, o texto foi preparado por ele e eu apenas fiz pequenas alterações e, com a devida autorização do autor, assumi a paternidade.

Aproveitando o fato de o Brasil ter apresentado, à Comissão de Limites da ONU a proposta de prolongamento da sua plataforma continental, conforme previsto na Convenção da Jamaica – e isso foi uma outra grande epopéia da Marinha e da Petrobrás – escrevi um segundo artigo, cujo título é “No mar, a nossa última Fronteira”, publicado no mesmo jornal e na mesma coluna, no dia 14 de abril de 2005.

Em 11 de maio de 2005, seguiu-se o terceiro artigo, que se reportava aos dois anteriores, também na “Folha” e, na mesma coluna, esse sim com o título de “Amazônia Azul”.

Tendo mostrado o “porquê”, e como a idéia foi sendo construída, passemos para o segundo tópico.

O que é a “Amazônia Azul”

Ao iniciar esse tópico, antecipo minhas desculpas aos colegas de Marinha, aqui presentes, pois vou expor alguns conceitos que já são do conhecimento de todos eles.

A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, ratificada pelo Brasil, estabelece uma série de linhas, áreas, direitos e deveres para os estados ribeirinhos.

Essa projeção sintetiza o que é mar territorial; zona contígua; Zona Econômica Exclusiva (ZEE); o possível prolongamento da Plataforma Continental, até o limite de 150 milhas além da ZEE; e um outro conceito, um tanto quanto teórico, que é o da “Área” dita patrimônio comum da Humanidade.

Como nós brasileiros também pertencemos à Humanidade, devemos também ter interesses na “área”.

Ao ratificarmos a referida Convenção, a área total do nosso mar territorial mais a ZEE era de 3.050.000km², conforme mostra a projeção.

O primeiro passo para atingirmos as atuais dimensões da Amazônia azul foi dado pela Marinha no final da década de 90, com relação aos então denominados “rochedos” de São Pedro e São Paulo, tudo com o amparo de dispositivos da Convenção, com as seguintes providências:

- foi construído um farol, para substituir o que havia sido destruído por um sismo em 1930;
- construiu-se uma estação científica, que passou a ser permanentemente guarnecida;
- mudou-se a denominação de “rochedos” para “arquipélago”;
- traçou-se a linha das 200 milhas ao redor do arquipélago nas nossas cartas náuticas.

Com isso, sem alarde e, também sem contestações, ampliamos a área da nossa ZEE em mais 450.000km².

O segundo passo, ainda em análise pela Comissão de Limites da ONU, foi a proposta brasileira para a ampliação da sua plataforma continental que, se aceita na sua totalidade, aumentará as nossas águas jurisdicionais em mais 950.000km².

A área inicial, mais os acréscimos mencionados, constitui a nossa “Amazônia Azul”.

Sua área total (aprovada a proposta brasileira) será de 4.450.000km², equivalente, em área, a uma nova Amazônia, só que azul, e não verde.

Ela corresponde aproximadamente à metade do território terrestre brasileiro, e nela existem, ou por ela transitam, imensas riquezas, que têm de ser exploradas, mas que também têm de ser protegidas.

Sem entrar em mais detalhes sobre as riquezas, bastaria mencionar que:

- cerca de 95% do nosso comércio exterior (importações a exportações) são realizados por via marítima;

- mais de 80% da nossa produção de petróleo são extraídos do mar;

- as maiores jazidas de gás e fatos recentes mostram a importância de buscarmos a auto-suficiência desse produto, também estão no mar;

- a pesca, a navegação de cabotagem, o turismo marítimo, os esportes náuticos e, no futuro, a exploração de energia e a exploração de minérios no leito do mar são outras potencialidades econômicas da nossa “Amazônia Azul”.

Um outro aspecto que diferencia as duas Amazônias, a verde e a azul, é que na primeira as fronteiras são fisicamente demarcáveis, e estão sendo efetivamente ocupadas por pelotões e obras de infra-estrutura; já na segunda, os limites das nossas águas jurisdicionais são linhas sobre o mar, que não existem fisicamente. O que as define e faz que sejam respeitadas são os navios da Marinha, patrulhando-as e exercendo ação de presença. Mas, para isso, a Marinha tem de ter navios. E, como sabemos, “Esquadras não se improvisa.”

Um outro dado é a nossa área de responsabilidade SAR, definida em acordo internacional, do qual o Brasil é signatário. Ela engloba a “Amazônia Azul” e avança pela denominada “Área”, abrangendo, no seu total, uma área marítima equivalente a uma vez e meia o território terrestre brasileiro.

Resultados já Alcançados

A idéia da “Amazônia Azul” ainda não acrescentou um centavo sequer ao nosso orçamento. Mas, desde o início, sabíamos que isso iria demorar.

O importante é que continuemos insistindo com a “propaganda”, o que faço, sempre que tenho chance, em todas as reuniões e apresentações a que compareço. O nome da lancha do Comandante da Marinha é “Amazônia Azul”.

Mas já tivemos algumas conquistas, e dentre elas citaria:

- na nova versão da Política de Defesa Nacional, o Atlântico Sul já possui a mesma prioridade estratégica da Amazônia, o que não ocorria na versão anterior. Ademais, a expressão “Amazônia Azul” é mencionada várias vezes no seu texto;

- em agosto de 2005, no encontro de estudos realizados pela Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, sob o título “Visão Estratégica dos Recursos do Mar”, a “Amazônia Azul” foi amplamente discutida;

- em dezembro de 2005, em cerimônia realizada na Escola Naval, com a presença do Ministro da Educação, foi lançado o livro “O Mar no Espaço Geográfico Brasileiro”. Tal livro, elaborado em conjunto pela Marinha e pelo MEC, aborda a “Amazônia Azul”, de forma que temas ligados à importância econômica e estratégica do mar passam a ser inseridos nos parâmetros curriculares na Cadeira de Geografia, para os alunos de 5^a a 8^a séries do Ensino Fundamental, e para os alunos de 1^a a 3^a séries do Ensino Médio. Com isso, esperamos começar a despertar a consciência marítima dos nossos jovens;

- a Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG) criou o Pólo Sul da “Amazônia Azul”;

- o tema foi apresentado e discutido em recente encontro realizado na cidade de São Lourenço, pela Secretaria Nacional de Ação da Mulher;

- inúmeros artigos de órgãos da mídia que abordam a “Amazônia Azul”, sem que a autoria dos mesmos seja de pessoal da Marinha, vêm sendo publicados;

- por fim cito, ainda, como uma conquista, o livro que está sendo lançado aqui, hoje, no Clube Naval, assunto do próximo tópico.

Antes, porém, gostaria de comentar com os senhores não uma conquista, mas sim uma nova idéia, ou desafio, que lancei recentemente em mais um artigo publicado na “Folha de São Paulo”, no último dia 20 de maio, cujo título é “auto-suficiência em Petróleo e a Marinha”. A provocação desse artigo é que a Petrobrás seja, mais do que já é, uma parceira da Marinha, aprontando diretamente para a Marinha, e, portanto, fora dos contingenciamentos orçamentários, os recursos necessários para que seja dada a partida

no projeto de construção de navios-patrolha, projeto esse que faz parte do Programa de Reaparelhamento, para que possamos realmente patrulhar a nossa “Amazônia Azul”, prioritariamente nas áreas onde estão instaladas as nossas plataformas de exploração.

Para esse artigo, contei com a valiosa ajuda do Vice-Almirante Afonso.

“Amazônia Azul: o Mar que nos Pertence”

Tive a honra e o privilégio de escrever a página de apresentação desse novo livro, sem dúvida mais uma conquista da nossa “Amazônia Azul”. Seus autores, que são em número de dez, oito dos quais oficiais da Marinha, conseguiram, com rara felicidade e clareza, condensar em um único volume, dividido em nove capítulos, dados e informações valiosas sobre a importância econômica, a estratégica e até social desse nosso imenso mar.

Tenho a certeza de que esse livro contribuirá, de forma significativa, para que a nossa sociedade, de uma maneira geral, mas principalmente o poder político da Nação, aí incluídos os seus governantes, passem a olhar o mar de frente e compreendam a sua importância para um País que precisa, quer e merece ser realmente grande.

Renovo as boas-vindas ao “Amazônia Azul: o Mar que nos Pertence”, esperando que ele navegue em águas tranqüilas e com ventos favoráveis, para que “esse mar que nos pertence” seja realmente nosso.

Texto extraído da Revista do Clube Naval n°338, abr/mai/jun de 2006.